16-05-2012

ATA Nº. 10/2012**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E
DOZE.** -----

Aos dezasseis dias do mês de maio do ano dois mil e doze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, e com as presenças do Sr. Vice - Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Dra. Beatriz de Fátima Clemente Martins, Eng.º Marcos Labrincha Ré, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira da Costa. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**PEDIDO DE RENÚNCIA DE MANDATO DO SR. VEREADOR, DR. JÚLIO
MERENDEIRO, ELEITO PELAS LISTAS DO PARTIDO SOCIALISTA –
MANDATO 2009/2013.** -----

Presente uma carta emanada pelo Sr. Vereador citado em título, datada de 14MAI12, através da qual, alegando motivos de ordem pessoal, apresenta a sua renúncia ao mandato de Vereador da Câmara Municipal de Ílhavo, para o qual tinha sido eleito em sufrágio direto e universal, realizado no dia 11 de Outubro de 2009. -----

Na referida carta, o já aludido Vereador, agradece a forma correta com que foi tratado pelo Executivo Municipal, deixando ainda votos de que o trabalho até aqui exercido possa continuar sempre em ambiente de colaboração e partilha a bem de todos os ilhavenses. -----

Sobre a presente carta de renúncia ao mandato, recaiu a informação n.º 16, datada de 14MAI12, elaborada pelo Chefe da DAG, Dr. Rui Farinha, que aqui é dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta do dos procedimentos que devem ser seguidos

16-05-2012

com vista à substituição do membro ora renunciante, nos termos e condições previstos na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

Sobre a referida informação, foi pelo Sr. Presidente da Câmara, exarado o seguinte despacho:

“Ao Chefe da DAG para tomar as devidas providências”. -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

14MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

Na sequência da já relatada renúncia ao mandato, e encontrando-se presente na Sala onde decorria a Reunião de Câmara, a cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista definitiva do Partido Socialista para a Câmara Municipal de Ílhavo, Sr.ª Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos, foi pelo Sr. Presidente da Câmara, após ter sido verificada a sua identidade e legitimidade para o preenchimento da vaga, investida nas funções de Vereadora da Câmara Municipal de Ílhavo, integrando em definitivo o Órgão Executivo do Município, iniciando de imediato o exercício das suas funções, passando a tomar parte nos trabalhos da presente reunião. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o resumo diário da tesouraria n.º 92, do dia quinze de maio, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 855.110,36 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e dez euros e trinta e seis cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 657.679,55 (seiscentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e nove euros e cinquenta e cinco cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 09, da reunião ordinária realizada no dia dois do mês de maio do ano de dois mil e doze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

16-05-2012

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do seguinte expediente: -----

- Ofício s/número, datado de 02MAI12, proveniente da “Associação Aquém Renasce”, através do qual se dá conta da deliberação tomada em Assembleia Geral, realizada no pretérito dia 21 de abril, e que se exprimiu no seguinte: -----

“Voto de louvor e agradecimento à Câmara Municipal de Ílhavo pela valiosa colaboração que tem vindo a prestar à nossa Associação, ajudando-a a ultrapassar as dificuldades inerentes ao avanço do projeto do Lar de Idosos e Centro de Dia, tendo dado agora, com a cedência do terreno, um impulso decisivo para a sua concretização, com o que a Comunidade, no futuro, passará a dispor de um equipamento de inegável interesse social”. -----

- Documento relativo a um “Estudo de Opinião”, datado de MAIO/2012, proveniente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, através do seu Conselho Geral, em que se dá conta da informação recolhida com relevância para o Poder Local. -----

- Resolução proveniente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, através do seu Conselho Geral, datada de 07MAI12, onde se aborda a relevância e alcance social do investimento das Autarquias Locais nos respetivos territórios. -----

- Revista (N.º 1 – maio a junho/2012), de carácter bimestral, com a designação de “CLUSTER DO MAR – O Mar Como Novo Desígnio Nacional”, dedicada exclusivamente às várias áreas da Economia do Mar. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

TESOURARIA DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO - TERMO DE BALANÇO – APOSENTAÇÃO DA COORDENADORA TÉCNICA EM SERVIÇO NA TESOURARIA, MARIA ARLETE DOS SANTOS DA COSTA ALMEIDA. -----

Presente o Termo de Balanço acima referenciado, datado de 02MAI12, aqui dado por integralmente transcrito, composto por trinta e cinco páginas, devidamente rubricado pelo Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves; pela Coordenadora Técnica/Tesoureira, Sr.ª Maria Arlete dos Santos da Costa Almeida e pelas Assistentes Técnicas, Sras. Isabel Maria de Sousa Nunes Pereira (nova tesoureira) e Sónia Catarina Franco Santo Semedo, ambas pertencentes à subunidade de contabilidade patrimonial e orçamental, na presença do Chefe da DAG, Dr. Rui Manuel Pais Farinha, no qual e em síntese, se verificaram as existências naquele documentos registadas, com referência ao dia

16-05-2012

trinta de abril do ano de dois mil e doze, confirmadas pelos mapas que ao aludido Termo se anexam e com os respetivos registos da subunidade de contabilidade patrimonial e orçamental. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do presente Termo de Tesouraria e julgá-lo conforme, considerando quite com o Município a tesoureira Maria Arlete dos Santos da Costa Almeida, servindo ainda o mesmo Termo, de transição para a tesoureira Isabel Maria de Sousa Nunes Pereira, a quem passam agora a estar confiados os valores existentes na Tesouraria. -----

PROTOCOLO DE ESTÁGIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E A ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES, RELATIVO AO “CURSO TECNOLÓGICO DE DESPORTO” - RATIFICAÇÃO. -----

Presente o Protocolo supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o Protocolo. -----

PROTOCOLO DE ESTÁGIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E A ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES, RELATIVO AO “CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE SECRETARIADO – NIVEL 4” - RATIFICAÇÃO. -----

Presente o Protocolo supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o Protocolo. -----

PROTOCOLO DE ESTÁGIO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E A ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES, RELATIVO AO “CURSO PROFISSIONAL DE TÉCNICO DE GESTÃO E PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS INFORMÁTICOS – NIVEL 4” - RATIFICAÇÃO. -----

Presente o Protocolo supra, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o Protocolo. -----

**GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS.** -----

RECURSOS HUMANOS – RENOVAÇÃO DE CONTRATO DE AVENÇA DE 1 TÉCNICO PARA O GABINETE FLORESTAL - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente: -----

16-05-2012

- “Considerando: -----
- 1 - A informação dos serviços DAG/SORH, em anexo; -----
 - 2 - Que é fundamental dar continuidade ao trabalho até agora desenvolvido pelo Gabinete Técnico Florestal Municipal, no qual se destaca o técnico aqui em causa; -----
 - 3 - Que as despesas de funcionamento do referido Gabinete, nas quais se incluem os encargos com recursos humanos, continuam a ser comparticipadas pela Direcção Geral dos Recursos Florestais; -----
 - 4- Que na Câmara Municipal de Ílhavo não existem trabalhadores com formação na área da Engenharia Florestal; -----
 - 5- Que a ocupação de novos postos de trabalho deve aguardar até que se esclareçam os critérios de redução de pessoal a que as Autarquias Locais estão obrigadas, por força do disposto no OE2012, e assim se defina a situação da CMI face a esta questão; -----
 - 6- Que o Eng. Rodolfo Barreto Alves, tem desempenhado a sua função com elevado nível de profissionalismo, dedicação e interesse, destacando-se o seu gosto pelo trabalho de equipa, o relacionamento com os colegas, superiores e munícipes, a célere resposta às solicitações, e a execução, com elevada qualidade, de diversas tarefas e iniciativas, como o acompanhamento da actividade da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, a execução anual do Plano Operacional Municipal, a revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta e sua implementação, o programa “Woodwatch – De olho na Floresta”, diversas acções de sensibilização e de vigilância, entre outras. -----
 - 7- Que estando reunidos os restantes requisitos exigidos para a renovação do contrato em causa, nomeadamente: -----
 - 7.1- O contratado tem a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; ----
 - 7.2- Não existe pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----
 - 7.3- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----
 - 7.4- Não se aplica a redução remuneratória. -----
- Proponho, nos termos da Lei 169/99, de 18 de setembro, art. 68, n.º 2, conjugado a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, designadamente o seu artigo 26º, que: -----
- A Câmara Municipal emita o necessário parecer prévio; -----

16-05-2012

Consequentemente proceda à renovação do contrato do Eng. Florestal Rodolfo Barreto Alves.

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

11MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

COMPARTICIPAÇÃO PUBLICITÁRIA NO DIAVEIRO – EMPRESA DIÁRIO DE AVEIRO, LDA – DESPACHO PARA RATIFICAÇÃO. -----

Presente a seguinte Ordem de Pagamento: -----

- Com o n.º 1389, datada de 27ABR12, no valor de 492,00 €, referente à “publicação de uma página de publicidade no Suplemento do Porto de Aveiro 2012”, e autorizada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

APROVISIONAMENTO. -----

ADJUDICAÇÃO DE “SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARA OS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS” – RELATÓRIO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente o documento supra, datado de 10MAI12, elaborado pelo júri do procedimento citado em epígrafe, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se dá conta que pela retirada de proposta de um dos concorrentes a adjudicação final tomada em deliberação de Câmara de 21 de março último, é alterada no que concerne ao mercado da Costa Nova, bem como o júri entende dispensar os concorrentes de apresentarem um documento comprovativo de seguro contra roubo e furto e admitir que os requisitos relativos aos documentos de habilitação apresentados pela COPS – Companhia operacional de segurança, Lda. e Ronsecur – Rondas e Segurança Lda. se encontram cumpridos. -----

Sobre o presente documento, consta o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Tomei conhecimento e concordo. -----

À Câmara. -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

14MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

16-05-2012

Na discussão e votação deste assunto não participou o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng. Fernando Fidalgo Caçoilo, por se achar impedido (membro do respetivo júri). -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

**APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA
“IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO CAIS DOS PESCADORES –
REPARAÇÃO, ARRUMO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS ARMAZÉNS
DE APRESTOS” – INFORMAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, aqui dada por integralmente transcrita, elaborada pela Técnica Superior, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, Oficial Público, datada de 03MAI12, relativa à aprovação da Minuta do Contrato referenciado em epígrafe, a celebrar com a firma: “Energcambra – Construção Civil e Obras Públicas, Lda.”, pelo valor de 73.400,00 € (setenta e três mil e quatrocentos euros), conforme deliberação de adjudicação ocorrida na reunião de Câmara realizada em 18ABR12 -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a Minuta de Contrato. -----

**APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
“IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO CAIS DOS PESCADORES -
DRAGAGEM ” – INFORMAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, aqui dada por integralmente transcrita, elaborada pela Técnica Superior, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, Oficial Público, datada de 04MAI12, relativa à aprovação da Minuta do Contrato referenciado em epígrafe, a celebrar com a firma: “Manuel Maria de Almeida e Silva & CIA, SA”, pelo valor de 149.450,00 € (cento e quarenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta euros), conforme deliberação de adjudicação ocorrida na reunião de Câmara realizada em 18ABR12 -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a Minuta de Contrato. -----

**APROVAÇÃO DE MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA
“IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO CAIS DOS PESCADORES –
EXECUÇÃO DE RAMPA PARA EMBARCAÇÕES ” – INFORMAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, aqui dada por integralmente transcrita, elaborada pela Técnica Superior, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, Oficial Público, datada de 04MAI12, relativa à aprovação da Minuta do Contrato referenciado em epígrafe, a celebrar com a firma: “Energcambra –

16-05-2012

Construção Civil e Obras Públicas, Lda.”, pelo valor de 24.226,93 € (vinte e quatro mil, duzentos e vinte e seis euros e noventa e três cêntimos), conforme deliberação de adjudicação ocorrida na reunião de Câmara realizada em 18ABR12 -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a Minuta de Contrato. -----

ZONA INDUSTRIAL DA MOTA. -----

REQUERIMENTO SUBSCRITO PELA FIRMA: DECOR 3_INDUSTRIA DE ARTIGOS SANITÁRIOS, LDA., SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO PARA A VENDA DO IMÓVEL QUE EDIFICOU SOBRE O LOTE H 38 - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. o teor do requerimento subscrito por DECOR 3 _ Industria de artigos sanitários Lda, com o registo de entrada nº NIPG 7903/12, cujo teor integral aqui se dá por reproduzido e no qual e em síntese este, invocando graves dificuldades económicas e financeiras que para o exercício da sua atividade resultam da concorrência feroz dos mercados emergentes, especialmente o Chinês, que a baixo custo produzindo e vendendo, tornam impossivel a produção rentável dos equipamentos de banho (banheiras e bases de chuveiro) a que se vem dedicando, vem solicitar que a Câmara Municipal de Ílhavo: -----

i. autorize a venda do imóvel (que edificou sobre o lote H 38 da ZIM, a coberto do PO 738/01) renunciando ao direito de preferência que o Município reservou para si aquando da escritura; -----

ii. ordene a correspondente emissão de certidão dessa autorização a fim de instruir o ato de transmissão e os correspondentes e eventuais efeitos registrais que exijam tal autorização; ----

2. que, segundo resulta da informação DOPGU/elianac 2012/05/10, para a construção edificada no lote H38 da ZIM, a coberto dos alvarás de licença de construção nº 803/02 e 630/03 foi emitido o competente alvará de licença de utilização nº 461/05, em 2005/06/03; ---

3. o teor do despacho do senhor vereador eng. Marcos Ré, de 14.05.2012, que, considerando a argumentação do requerente e a atual conjuntura económico-financeira que atravessa o país e a própria Europa, bem como a circunstância de com a transação pretendida se poder porventura vir a proporcionar utilidade/utilização efetiva do edificio em causa e desta forma

16-05-2012

geração de riqueza para a economia do País e em particular para o nosso Concelho, entende que pode ser deferida a s pretensão apresentada; -----

4. que a requerente adquiriu o referido lote de terreno por escritura publica de 30 de Agosto de 1999, sendo que desta fazia parte um documento complementar que, no essencial, reproduz o teor do Regulamento Interno n.º 3/97 – AP, publicado na II.ª Série do Diário da República de 04.08.1997, do qual – resulta que *“as empresas, singulares ou colectivas, adquirentes dos lotes não poderão alienar, a título gratuito ou oneroso, ou sob qualquer forma transferir para outrem a posse sobre a totalidade ou parte dos lotes adquiridos, sem que para o efeito sejam autorizadas pela Câmara Municipal de Ílhavo, que usufruirá do direito de preferência”*; -----

5. que as disposições constantes do referido Regulamento Interno n.º 3/97 – AP, publicado no Diário da República, II série, de 4-8-1997, que disciplinava as condições de venda dos lotes da ZIM, consagrando o direito de preferência da Câmara Municipal na transmissão de lotes de terreno da ZIM não previam a dispensa do exercício de tal direito; -----

6. que foi entretanto publicado, no apêndice n.º 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003, um novo Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), cujo n.º 1 do art.º 6.º prevê que (apenas) *“durante o prazo de cinco anos a contar do início da laboração, as empresas singulares ou colectivas, adquirentes dos lotes não poderão alienar, a título gratuito ou oneroso, ou sob qualquer outra forma transferir para outrém a posse sobre a totalidade ou parte dos lotes adquiridos, e das benfeitorias nele implantadas, sem que para o efeito estejam autorizadas pela Câmara Municipal de Ílhavo, a qual gozará do direito de preferência”*; -----

7. sendo que, nos termos do n.º 4 da referida disposição regulamentar *“(…)para comprovação da efectiva laboração da empresa, poderá a Câmara Municipal de Ílhavo solicitar ao adquirente a demonstração do uso do lote através da entrega das declarações de rendimentos (IRS/IRC) do respectivo titular relativas aos três últimos anos de actividade*; -----

8. a referida unidade industrial - ainda que com alguns incidentes e interrupções -, se encontra a laborar desde 2005 facto esse que tem vindo a ser verificado pelos competentes serviços da CMI ao longo do processo de obras 738/01, desde o seu inicio ate á actualidade; -----

16-05-2012

9. que, no exercício da sua atividade, a Administração está vinculada ao respeito pelos princípios -----

i. da igualdade e da proporcionalidade segundo o qual, nas suas relações com os particulares não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito qualquer administrado (cfr artº 5º do CPA); -----

ii. da justiça e da imparcialidade, segundo o qual deve tratar de forma justa e imparcial todos os que com ela entrem em relação (artº 6º do CPA); -----

iii. da colaboração da Administração com os particulares, segundo o qual deve actuar em estreita colaboração com os particulares, (artº 7º do CPA). -----

10. que se impõe, por isso, aplicar analogicamente o disposto no referido artº 6º nº 1 do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado, no apêndice nº 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003, à situação em apreço; -----

11. que, em situações análogas (vide por todos a nossa deliberação de 6 de Outubro de 2004 que recaiu sobre o requerimento subscrito por VARIOTEC - Peças Metálicas de Precisão, Lda, proprietária do lote A7 da ZIM) a Câmara Municipal de Ílhavo já reconheceu ao proprietário que adquiriu o seu lote de terreno a coberto das disposições constantes do Regulamento Interno n.º 3/97 – AP, publicado na II.ª Série do Diário da República de 04.08.1997, o direito de alienar livremente o seu lote de terreno, desde que, comprovadamente, ali tivesse edificado a sua unidade industrial e a tivesse mantido em funcionamento por mais de 5 anos; -----

12. que a Câmara Municipal não tem por atribuição, nem competências, para adquirir e gerir pelo tempo necessário a que ocorra uma alienação posterior, uma unidade industrial com as características das do requerente, sendo-lhe de todo impossível acomodar os respetivos funcionários na sua estrutura orgânica e no seu quadro de encargos com pessoal; -----

Proponho: -----

A. Que com os fundamentos supra se autorize a requerida transmissão do lote H 38 da Zona Industrial da Mota, de DECOR 3 – Industria de Artigos Sanitários Lda para a sociedade Mariano Holding, sem que a CMI exerça, em relação ao dito lote de terreno, qualquer direito de preferência; -----

16-05-2012

B. Que o exercício da atividade a implantar fique, na parte aplicável, sujeito às condições constantes do novo Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no apêndice nº 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003; -----

C. Que se advirta o requerente que a autorização aqui conferida não lhe confere quaisquer outros direitos, nem dispensa a operação de alienação do cumprimento dos demais requisitos legais exigíveis, nomeadamente em matéria de licenciamento de uso e industrial. -----

D. Que os serviços da DOPGU emitam a requerida certidão identificada em ii do Considerando 1. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----
14MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ZONA INDUSTRIAL DA MOTA. -----

**REQUERIMENTO SUBSCRITO POR: JOSÉ MANUEL DAS NEVES FERRÃO -,
QUE SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA A VENDA DO IMÓVEL QUE EDIFICOU
SOBRE O LOTE 5 – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. o teor do requerimento subscrito por José Manuel das Neves Ferrão, com o registo de entrada nº NIPG 7096, cujo teor integral aqui se dá por reproduzido e no qual e em síntese este, invocando graves dificuldades económicas e financeiras vem solicitar autorização para vender o referido lote de terreno (e as instalações que sobre ele edificou a coberto do Processo de Obras nº 18/99 desta Câmara Municipal) a um terceiro que, tanto quanto entendemos ali pretende exercer outra atividade económica; -----

2. que a atividade que se pretende instalar (reclamos luminosos – serralharia civil), e segundo resulta da informação DOPGU/noemiam 2012/04/20 é compatível com o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Mota, aprovado por despacho do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território de 1991.10.14 publicado no Diário da republica nº 47, II série, de 25 de Fevereiro; -----

16-05-2012

3. o teor do despacho do senhor vereador eng. Marcos Re de 27.04.2012, segundo o qual não ve inconveniente no deferimento do requerido; -----
4. que o requerente adquiriu o referido lote de terreno por escritura publica de 16 de Outubro de 1998, sendo que desta fazia parte um documento complementar que, no essencial, reproduz o teor do Regulamento Interno n.º 3/97 – AP, publicado na II.ª Série do Diário da República de 04.08.1997, do qual – resulta que *“as empresas, singulares ou colectivas, adquirentes dos lotes não poderão alienar, a título gratuito ou oneroso, ou sob qualquer forma transferir para outrem a posse sobre a totalidade ou parte dos lotes adquiridos, sem que para o efeito sejam autorizadas pela Câmara Municipal de Ílhavo, que usufruirá do direito de preferência.”*; -----
5. que as disposições constantes do referido Regulamento Interno n.º 3/97 – AP, publicado no Diário da República, II série, de 4-8-1997, que disciplinava as condições de venda dos lotes da ZIM, consagrando o direito de preferência da Câmara Municipal na transmissão de lotes de terreno da ZIM não previam a dispensa do exercício de tal direito; -----
6. que foi entretanto publicado, no apêndice n.º 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003, um novo Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), cujo n.º 1 do art.º 6.º prevê que (apenas) *“durante o prazo de cinco anos a contar do início da laboração, as empresas singulares ou colectivas, adquirentes dos lotes não poderão alienar, a título gratuito ou oneroso, ou sob qualquer outra forma transferir para outrém a posse sobre a totalidade ou parte dos lotes adquiridos, e das benfeitorias nele implantadas, sem que para o efeito estejam autorizadas pela Câmara Municipal de Ílhavo, a qual gozará do direito de preferência”*; -----
7. sendo que, nos termo do n.º 4 da referida disposição regulamentar *“(…)para comprovação da efectiva laboração da empresa, poderá a Câmara Municipal de Ílhavo solicitar ao adquirente a demonstração do uso do lote através da entrega das declarações de rendimentos (IRS/IRC) do respectivo titular relativas aos três últimos anos de actividade;* -----
8. a referida unidade industrial - ainda que com algumas irregularidades no percurso do seu licenciamento industrial ao nível do Ministério da Economia -, se encontra a laborar desde 2002 facto esse que tem vindo a ser verificado pelos competentes serviços da CMI ao longo do processo de obras 18/99, desde o seu inicio ate á actualidade; -----

16-05-2012

9. que, no exercício da sua atividade, a Administração está vinculada ao respeito pelos princípios -----

i. da igualdade e da proporcionalidade segundo o qual, nas suas relações com os particulares não pode privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de qualquer direito qualquer administrado (cfr artº 5º do CPA); -----

ii. da justiça e da imparcialidade, segundo o qual deve tratar de forma justa e imparcial todos os que com ela entrem em relação (artº 6º do CPA); -----

iii. da colaboração da Administração com os particulares, segundo o qual deve actuar em estreita colaboração com os particulares, (artº 7º do CPA); -----

10. que se impõe, por isso, aplicar analogicamente o disposto no referido artº 6º nº 1 do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado, no apêndice nº 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003, à situação em apreço; -----

11. que, em situações análogas (vide por todos a nossa deliberação de 6 de Outubro de 2004 que recaiu sobre o requerimento subscrito por VARIOTEC - Peças Metálicas de Precisão, Lda, proprietária do lote A7 da ZIM) a Câmara Municipal de Ílhavo já reconheceu ao proprietário que adquiriu o seu lote de terreno a coberto das disposições constantes do Regulamento Interno n.º 3/97 – AP, publicado na II.ª Série do Diário da República de 04.08.1997, o direito de alienar livremente o seu lote de terreno, desde que, comprovadamente, ali tivesse edificado a sua unidade industrial e a tivesse mantido em funcionamento por mais de 5 anos; -----

12. que a Câmara Municipal não tem por atribuição, nem competências, para adquirir e gerir pelo tempo necessário a que ocorra uma alienação posterior, uma unidade industrial com as características das do requerente, sendo-lhe de todo impossível acomodar os respetivos funcionários na sua estrutura orgânica e no seu quadro de encargos com pessoal; -----

Proponho: -----

A. Que com os fundamentos supra - e pese embora o facto de a requerente não ter identificado nem o comprador, nem as condições de venda – se autorize a requerida transmissão do lote 5 da Zona Industrial da Mota, sem que a CMI exerça qualquer direito de preferência; -----

16-05-2012

B. Que o exercício da atividade a implantar fique, na parte aplicável, sujeito às condições constantes do novo Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no apêndice nº 106, do Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003; -----

C. Que se advirta o requerente que a autorização aqui conferida não lhe confere quaisquer outros direitos, nem dispensa a operação de alienação do cumprimento dos demais requisitos legais exigíveis, nomeadamente em matéria de licenciamento de uso e industrial. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

14MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**PARCELA N.º P4-01 – AQUISIÇÃO – RETIFICAÇÃO DA ÁREA DA PARCELA –
“CONSTRUÇÃO DE BOLSAS DE ESTACIONAMENTO NO CENTRO HISTÓRICO
DA CIDADE (RUCHI)” – INFORMAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, aqui dada por integralmente transcrita, datada de 15 MAI12, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Dr.ª Ana Patrícia Araújo, na qual e em síntese, se dá conta que, após a deliberação de aquisição da parcela referida em título, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2460, da Freguesia de S. Salvador/Ílhavo, levada a efeito na reunião de Câmara realizada no pretérito dia 15 de fevereiro, foi a mesma alvo de retificação junto do Serviço de Finanças de Ílhavo, conforme demonstração de prova feita através da Caderneta Predial Urbana obtida via Internet em 14MAI12. -----

Em face da presente alteração, deve a mesma ser presente à Câmara Municipal, para conhecimento e retificação da deliberação de 15 de Fevereiro, último. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da presente informação. ----

CONTABILIDADE E FINANÇAS. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

**PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DE UM LUGAR DE ATRACAÇÃO DE UM
MOLICEIRO, E UTILIZAÇÃO DE UMA “CASA” DE RECOLHA DE APARELHOS
DE AMARRAÇÃO EM TERRA, NAS INFRAESTRUTURAS MARÍTIMAS
PERTENÇA DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO (CAIS DOS PESCADORES DA COSTA**

16-05-2012

NOVA, CAIS DOS PESCADORES DA GAFANHA DA ENCARNAÇÃO E DOCA DO JARDIM OUDINOT), SOLICITADO POR: JOÃO MIGUEL REBELO MATIAS - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

01. o teor do requerimento subscrito por João Miguel Rebelo Matias, na qualidade de representante da firma Miguel Rebelo Matais Ld^a, de 22.07.2011, a que coube o registo de entrada n^o 004929; -----

02. que nesse requerimento, e em síntese, o referido João Miguel Matias solicita que: -----

a) seja conferido à dita Miguel Relelo Matias Ld^a o direito de utilização de um lugar de atracação de um moliceiro, para atracar a embarcação depois de exercer a atividade de viagens em moliceiro com vela na Ria de Aveiro; -----

b) lhe seja consentido utilizar uma “casa” de recolha dos aparelhos de amarração em terra, nas infraestruturas marítimas pertença do Município (cais dos pescadores da Costa Nova, cais dos pescadores da Gafanha da Encarnação, doca do Jardim Oudinot), supõe-se que para recolha dos aprestos relacionados com aquela atividade (motor, depósito de combustível, coletes, etc...); -----

03. que, nos termos do disposto nos n^o 1, 2 e 5.b) do artigo 3^o do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota (na sua versão revista em outubro de 2011) os lugares de amarração do Cais dos Pescadores serão atribuídos pela Câmara aos proprietários das embarcações com a matrícula A-L (pesca local) ou A-AL (auxiliar local), podendo se atribuídos, a título precário, a embarcações com matrícula diferente, quando existam lugares de amarração para embarcações A-L ou A-AL vagos, sendo que, neste caso, estas poderão perder os seu direito de ocupação caso o(s) lugar(es) atribuído(s) sejam necessários para acomodar embarcações A-L ou A-AL; -----

04. que, por outro lado, e nos termos do disposto no art^o 12^o do referido Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota, aos titulares dos lugares de amarração, poderão ser atribuídos armazéns de aprestos, também designados arrumos, sendo que, nesta atribuição, deve ser dada preferência aos titulares que comprovadamente exerçam a atividade piscatória

16-05-2012

como principal fonte de rendimento do respetivo agregado familiar e utilizem, de forma habitual, artes de pesca de maiores dimensões; -----

05. que o requerente não pretende utilizar o Cais dos Pescadores como suporte à atividade comercial exercida (nomeadamente para embarque de passageiros) mas tão só utiliza-la, ao final do dia, para atracar a embarcação depois de exercer atividade; -----

06. que a atividade exercida pelo requerente (passeios à vela na Ria de Aveiro) constitui um excelente exercício de promoção turística do Município de Ílhavo; -----

07. que, nos termos do disposto na al. b) do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deve apoiar, pelos meios adequados no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; -----

08. que, nos termos do disposto na al. b) do nº1 do artº 7º do CPA, os órgãos da Administração Pública devem atuar em estreita colaboração com os particulares, cumprindo-lhe, designadamente apoiar e estimular as suas iniciativas e receber as suas sugestões e informações; -----

09. e que, nos termos do disposto no artº 6º daquele diploma “No exercício da atividade administrativa e em todas as suas formas e fases, a Administração Pública e os particulares devem agir e relacionar-se segundo as regras da boa fé. Sendo que no cumprimento desse propósito, devem ponderar-se os valores fundamentais do direito, relevantes em face das situações consideradas, e, em especial: -----

a) A confiança suscitada na contraparte pela atuação em causa; -----

b) O objetivo a alcançar com a atuação empreendida. -----

10. que existem quer lugares de amarração, quer armazéns de aprestos disponíveis no Cais dos Pescadores da Mota; -----

11. que as particularidades e dimensões da embarcação (cerca de 15m) impõem a aplicação de um singular regime de cobrança de taxas referentes à atribuição de lugares de amarração; -----

12. que, nos termos do disposto no artº 15º do mencionado Regulamento, as dúvidas e omissões que dele resultem serão resolvidas pela Câmara Municipal de Ílhavo; -----

16-05-2012

13. uma recente deliberação desta Câmara Municipal, sobre requerimento formulado pela sociedade EcoRia Lda, também a título excepcional, e por referência ao Ancoradouro do Jardim Oudinot. -----

Proponho que, deferindo o requerimento em apreço: -----

A. se atribuíam, à requerente Miguel Rebelo Matias Lda, a título precário e pelo prazo de um ano, três lugares contínuos de amarração no Cais da Mota, cuja localização será fixada pelo Chefe de Divisão de Serviços Urbanos (DSU) desta Câmara Municipal; -----

B. se atribua também à requerente, nas mesmas condições e pelo mesmo prazo, um armazém de aprestos no referido Cais da Mota, de entre os disponíveis e a eleger pelo Chefe da DSU desta Câmara Municipal; -----

C. se cobre à requerente uma taxa anual indivisível, de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), correspondente a três lugares de amarração para embarcações com a matrícula A-V, no Cais da Mota nos termos previsto na al. b) do nº 1 do artº 11º do respetivo Regulamento, com referencia à atração da embarcação depois de exercer a sua atividade diária de transporte de passageiros; -----

D. cumulativamente, se cobre à requerente uma taxa anual, indivisível, de 95,00€ (noventa e cinco euros) correspondente a um armazém de aprestos nos termos previstos no nº 6 do artº 12º daquele Regulamento. -----

E. Que a atribuição dos referidos lugar de amarração e armazém de aprestos, fique subordinada às regras previstas no dito Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota, salvo o disposto supra e ainda: -----

a) que os lugares atribuídos não possam servir para embarque e desembarque de passageiros; -

b) que o referido lugar de amarração só possa ser utilizado em horário noturno (após o termo da atividade diária) salvo quando circunstâncias excecionais, por exemplo de navegabilidade na Ria, imponham a permanência da embarcação por período maior. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

09MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

16-05-2012

PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO DE UM LUGAR DE ATRACAÇÃO DE UM MOLICEIRO NO CAIS DOS PESCADORES DA MOTA, SOLICITADO POR: “VELA E RIA – OPERADOR MARÍTIMO-TURÍSTICO” – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

01. o teor do requerimento subscrito por Fernanda de Oliveira Felício, na qualidade de representante (Vela e Ria – Operador Marítimo-turístico), de 04.04.2012, a que coube o registo de entrada nº 003857, bem como, e sobretudo, o esclarecimento prestado a coberto da sua comunicação com o registo de entrada nº 002537, de 08-05-2012; -----

02. que nesse requerimento, e em síntese, a referida Fernanda de Oliveira Felício solicita que:

- seja adjudicado à dita Vela e Ria Operador Marítimo Turístico um lugar de atracação de um moliceiro, para atracar a embarcação depois de exercer a atividade de viagens em moliceiro com vela na Ria de Aveiro; -----

03. que, nos termos do disposto nos nº 1, 2 e 5.b) do artigo 3º do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota (na sua versão revista em outubro de 2011) os lugares de amarração do Cais dos Pescadores serão atribuídos pela Câmara aos proprietários das embarcações com a matrícula A-L (pesca local) ou A-AL (auxiliar local), podendo se atribuídos, a título precário, a embarcações com matrícula diferente, quando existam lugares de amarração para embarcações A-L ou A-AL vagos, sendo que, neste caso, estas poderão perder os seu direito de ocupação caso o(s) lugar(es) atribuído(s) sejam necessários para acomodar embarcações A-L ou A-AL; -----

04. que a requerente na pretende utilizar o Cais dos Pescadores como suporte à atividade comercial exercida (nomeadamente para embarque de passageiros) mas tão só utiliza-la, ao final do dia, para atracar a embarcação depois de exercer atividade; -----

05. que a atividade exercida pelo requerente (passeios à vela na Ria de Aveiro) constitui um excelente exercício de promoção turística do Município de Ílhavo; -----

06. que, nos termos do disposto na al. b) do artº 64º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal deve apoiar, pelos meios adequados no apoio a atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra; -----

16-05-2012

07. que, nos termos do disposto na al. b) do nº1 do artº 7º do CPA, os órgãos da Administração Pública devem atuar em estreita colaboração com os particulares, cumprindo-lhe, designadamente apoiar e estimular as suas iniciativas e receber as suas sugestões e informações. -----

08. e que, nos termos do disposto no artº 6º daquele diploma “No exercício da atividade administrativa e em todas as suas formas e fases, a Administração Pública e os particulares devem agir e relacionar-se segundo as regras da boa fé. Sendo que no cumprimento desse propósito, devem ponderar-se os valores fundamentais do direito, relevantes em face das situações consideradas, e, em especial: -----

a) A confiança suscitada na contraparte pela atuação em causa; -----

b) O objetivo a alcançar com a atuação empreendida. -----

09. que existem lugares de amarração disponíveis no Cais dos Pescadores da Mota; -----

10. que as particularidades e dimensões da embarcação (cerca de 15m) impõem a aplicação de um singular regime de cobrança de taxas referentes à atribuição de lugares de amarração; -----

11. que, nos termos do disposto no artº 15º do mencionado Regulamento, as dúvidas e omissões que dele resultem serão resolvidas pela Câmara Municipal de Ílhavo; -----

12. uma recente deliberação desta Câmara Municipal, sobre requerimento formulado pela sociedade EcoRia Lda, também a título excepcional, e por referência ao Ancoradouro do Jardim Oudinot. -----

Proponho que, deferindo o requerimento em apreço: -----

A. se atribuem à requerente Vela e Ria – Operador Marítimo Turístico, a título precário e pelo prazo de um ano, três lugares contínuos de amarração no Cais da Mota, cuja localização será fixada pelo Chefe de Divisão de Serviços Urbanos (DSU) desta Câmara Municipal; -----

B. se cobre à requerente uma taxa anual indivisível, de 240,00€ (duzentos e quarenta euros), correspondente a três lugares de amarração para embarcações com a matrícula A-V, no Cais da Mota nos termos previsto na al. b) do nº 1 do artº 11º do respetivo Regulamento, com referencia à atracção da embarcação depois de exercer a sua atividade diária de transporte de passageiros; -----

C. que a atribuição do referido lugar de amarração, fique subordinada às regras previstas no dito Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota, salvo o disposto supra e ainda: -----

16-05-2012

a) que os lugares atribuídos não possam servir para embarque e desembarque de passageiros; -
 b) que o referido lugar de amarração só possa ser utilizado em horário noturno (após o termo da atividade diária) salvo quando circunstâncias excepcionais, por exemplo de navegabilidade na Ria, imponham a permanência da embarcação por período maior. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

09MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**CEDÊNCIA DE VIATURAS (AUTOCARROS) A ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO –
 ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS COMPARTICIPAÇÕES – PROPOSTA –
 RATIFICAÇÃO.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me dar conhecimento que depois de analisadas as várias solicitações recebidas, foram autorizadas as cedências abaixo discriminadas, para o mês de Abril, -----

Abril					
DIA	ASSOCIAÇÃO	DESTINO	AUTOCARRO	Km's	Valor
28	Illiabum	Torres Vedras	Volvo	406	406,00€
14	Ílhavo Andebol Clube	Beja	Volvo	778	778,00€
21	APACGE	Viseu	Toyota	184	110,40€
Total					1.294,40€

Considerando que se trata de pedidos de Associações do Concelho de Ílhavo, que desenvolvem actividades de muito interesse municipal, informo que ao abrigo do disposto do n.º 4 do art.º 4 do *Regulamento municipal para a utilização e cedência dos veículos automóveis de transporte colectivo de passageiros da Câmara Municipal de Ílhavo*, isentei as mesmas de compensação dos encargos inerentes à utilização das viaturas. -----

Deverá a presente proposta ser remetida à Câmara Municipal por força do n.º 3 do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18SET, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11JAN. -----

O Vereador, -----

Ass) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º, -----

24ABR12”. -----

16-05-2012

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta e ratificar a isenção. -----

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

LOTEAMENTOS -----

Presente os seguintes dois processos: -----

1 - O registado com o n.º 6004, Pº 1410/00, em 2012/03/28, respeitante a Carlos Manuel Diamantino Casqueira, residente na Rua da Praceta, n.º 8, Gafanha da Encarnação. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré. A informação tem a referência DOPGU/noemian 2012/05/10 6004/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2012/05/11, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respectivo processo. -----

2 - O registado com o n.º 7950, Pº 968/01, em 2012/05/03, respeitante a Justino Santos Pinheiro, residente na Rua do Cojo, n.º 7, 4º - Esqº, Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU e do despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré. A informação tem a referência DOPGU/noemian 2012/05/10 7950/12 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, em regime de substituição, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2012/05/11, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respectivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

**PARQUE DESPORTIVO DO BAIRRO DOS PESCADORES DA COSTA NOVA –
ABERTURA DE CONCURSO – PROPOSTA.** -----

Presente a informação datada de 11MAI12, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, defende a abertura do procedimento referenciado em título, pelo valor estimado de 310.892,25 €, cujo prazo de execução proposto é de 120 dias, conforme o artº 3.1 do Caderno de Encargos, tendo como critério único, o preço. -----

16-05-2012

Sobre a presente informação, recaiu a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Fernando Caçoilo. -----

- “Proponho que a Câmara delibere autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, bem como a realização do procedimento de contratação, de acordo com a informação para a execução da presente obra, assim como a aprovação do Júri do Procedimento, Projeto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos. -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----
11MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

AMPLIAÇÃO DO MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO – DESPESAS DE DESLOCAÇÃO – FIRMA: “ARX PORTUGAL ARQUITECTOS” - PARECER PRÉVIO – AUTORIZAÇÃO DE DESPESA. -----

Presente a informação datada de 11MAI12, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, dá conta da necessidade de obter parecer prévio positivo por parte do órgão executivo municipal, relativamente à aquisição do serviço supra, com a adoção de procedimento por ajuste direto, pelo valor estimado de 20.707,50 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio positivo. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

AÇÃO SOCIAL. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS – COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

16-05-2012

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados por João José Páscoa Maurício, Cláudia Margarida Ribau Fernandes, António José de Pinho Saraiva, Maria José Marques Oliveira, Maria Fernanda Ferreira Miranda, Paula Cristina Neves Capote e Maria Teresa Rocha Martins, e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição dos seguintes apoios, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- João José Páscoa Maurício: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Cláudia Margarida Ribau Fernandes: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- António José de Pinho Saraiva: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria José Marques Oliveira: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria Fernanda Ferreira Miranda: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses; -----

- Paula Cristina Neves Capote: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria Teresa Rocha Martins: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º. -----

11MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. -----

16-05-2012

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI - APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por Hermínia Rosa Lança Louro, Maria Augusta Felgueiras Belinho, Maria Elina Antunes de Oliveira e Maria Teresa Rocha Martins, e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o CASCI – Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que o CASCI possui um crédito no valor de 281,36 Euros, que deverá ser abatido. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao CASCI, no valor de 919,42 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º. -----

11MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. -----

16-05-2012

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
FUNDAÇÃO PRIOR SARDO - APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO –
PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por Maria de Fátima Ferreira Sá Marinho Costa, e a respetiva Informação Social anexa. -----

4.º - Que a Fundação Prior Sardo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à Fundação Prior Sardo, no valor de 375,00 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º. -----

11MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. -----

16-05-2012

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE FAMILIARES EM HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO BEBEDOURO, GAFANHA DA NAZARÉ - SOLICITADO POR: ROSA LÚCIA FONSECA PIORRO - REAJUSTAMENTO DE RENDA APOIADA - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 07MAI12, elaborada pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.^a Susana Marques, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se defende, após ter sido compulsado o respetivo processo, que o pedido referenciado em título seja deferido, e que, de acordo com o n.º 1, do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 07 de maio, a renda seja ajustada para os 39,60 euros. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos da informação. -----

ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DE UM FOGO DE HABITAÇÃO SOCIAL SITO NA FREGUESIA DE S. SALVADOR/ÍLHAVO – ABERTURA DE CONCURSO - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação referenciada em epígrafe, datada de 10MAI12, elaborada pela Chefe da DASS, Dr.^a Mónica Batista, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se defende a abertura do procedimento supra. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à abertura do concurso nos termos da informação. -----

ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS. -----

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL) À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA DA SENHORA DOS CAMPOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

- 1) Que a Comemoração do 1º de Maio – Dia do Trabalhador constitui já um evento com grande tradição no Concelho de Ílhavo, nomeadamente da zona da Senhora dos Campos, reunindo anualmente largas centenas de pessoas; -----
- 2) Que a edição deste ano resultou, mais uma vez, de uma parceria entre a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Senhora dos Campos e a Câmara Municipal de Ílhavo,

16-05-2012

proporcionando ao público um programa diversificado, com actividades de âmbito musical, desportivo, cultural, etc. -----

Proponho: -----

Que seja atribuído a esta Associação um subsídio pontual no valor de 900,00 Euros, para fazer face às despesas relativas à atuação do Grupo Musical “Ondas” e ao convívio entre Autarcas e Dirigentes Associativos após o tradicional jogo de futebol. -----

O Vereador, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º. -----

08MAI12”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. -----

ÍLHAVO SEA FESTIVAL 2012 (3 A 6 DE AGOSTO) – EMBARQUE DE INSTRUENDOS – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa, datada de 08MAI12, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que, no pretérito dia 04 de maio, realizou-se o sorteio público com vista ao posicionamento dos candidatos ao embarque de instruendos (Trainees) da Câmara Municipal de Ílhavo, em veleiros participantes no já aludido “Ílhavo Sea Festival 2012”, elencando-se as candidaturas e os sorteados, bem como se esclarece a tramitação processual e a nível de pagamentos que se seguirá. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes cinco Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Qualificação Urbana e Ambiental do «Casco Antigo da Cidade»” - 15ª Situação Contratual, no valor de € 220.447,25 (duzentos e vinte mil, quatrocentos e quarenta e sete euros e vinte e cinco cêntimos), com IVA incluído, adjudicada ao Consórcio formado pelas firmas: Encobarra – Engenharia e Construção, SA e Asibel – Construções, SA. -----

2º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Ampliação do Museu Marítimo de Ílhavo” - 5ª Situação Contratual, no valor de € 181.466,20 (cento e oitenta e um mil,

16-05-2012

quatrocentos e sessenta e seis euros e vinte cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Encobarra – Engenharia e Construção, SA. -----

3º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Requalificação Urbana da Avenida 25 de Abril” - 1ª Situação de Trabalhos a Mais A, no valor de € 48.499,74 (quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove euros e setenta e quatro cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

4º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Requalificação Urbana da Avenida 25 de Abril” - 1ª Situação de Trabalhos a Mais B, no valor de € 35.453,95 (trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e noventa e cinco cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

5º - Da Empreitada “Vias Municipais – Conservação e Abertura de Novas – Requalificação da Rua Nossa Senhora do Pranto” - 1ª Situação Contratual, no valor de € 32.590,76 (trinta e dois mil, quinhentos e noventa euros e setenta e seis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes cinco Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos e proceder aos respectivos pagamentos. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada em, 16.45 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----